

GT ANALISA PROPOSTAS PARA JUBILAMENTO DOCENTE

Reunidos na segunda-feira, 29/9, os integrantes do Grupo de Trabalho sobre contrato docente analisaram mais detidamente as condições que acarretariam o desligamento do professor por idade.

Antes de entrar na apresentação das propostas da Fundação São Paulo, os diretores de faculdade apresentaram os resultados de suas reflexões anotadas em suas reuniões no meio de semana. Os gestores analisaram basicamente três pontos:

1- Jubilamento: entendem os diretores que uma solução poderia ser o desligamento aos 75 anos, com a possibilidade de um contrato fechado com a possibilidade de prorrogação por cinco anos, os conselhos avaliariam a permanência do docente, a partir do pedido dos departamentos. Seria criado também um Conselho de Decanos;

2- Criação de um sistema de previdência privada para docentes ingressantes e docentes que estão "no meio" da carreira.

3- Quanto a reformulação da carreira docente, a proposta é que 80% do corpo docente esteja na carreira constituída da seguinte forma:

Proposta para divisão de professores na carreira docente

8% Titulares

8% Associado I

8% Associado II

16% Ass. Doutor I

16% Ass. Doutor II

24% Ass. Doutor III

Os restantes 20% constituiriam o chamado período probatório, que poderia incluir doutores, mestres, especialistas ou preceptores.

OPINIÃO DA FUNDASP

O padre Rodolpho Perazzolo, secretário-geral da Fundasp, comentou a proposta concordando com alguns pontos e acrescentando algumas variáveis. A idade de 75 anos parece ser consensual entre as duas partes, porém quem hoje tem 74 ou mais anos não entraria compulsoriamente nesta nova normativa. Poderia haver reembolso do plano de saúde básico pelo período de cinco 5 anos ou ainda o desligamento planejado em até dois 2

anos com contrato máximo de TP-12, com justificativa por parte da faculdade qual o professor estiver alocado. Neste caso, o desligamento se daria sem reembolso do Plano de Saúde. Paralelamente a isto, a Fundação se comprometeria a apresentar um plano de previdência privada até junho/2015. Hoje a Instituição tem 178 professores com 75 anos ou mais.

JUBILAMENTO EM OUTRAS UNIVERSIDADES

A seguir foram apresentadas políticas de renovação de quadros de algumas PUCs no Brasil.

Na PUC-Rio o jubilamento acontece aos 70 anos sendo que o professor, aos 69 anos, recebe comunicação sobre seu desligamento. Os docentes contam com previdência complementar privada por adesão, sendo que a parcela de contribuição da mantenedora se dá no desligamento do docente.

Na PUC-GO o desligamento acontece aos 70 anos, conforme previsto em cláusula de Acordo Coletivo. Semestralmente, existe um Plano de Desligamento Voluntário no qual os professores com

70 anos completos são incentivados a aderir e recebem 15% sobre o saldo do FGTS, além das verbas rescisórias. Caso o professor não aceite, ele entra no Plano de Desligamento Involuntário, recebendo 8% sobre seu FGTS. Há plano de previdência complementar privado, cabendo a contribuição de 2% por parte da mantenedora e 4% por parte do empregado.

Foram retomados estudos já realizados na PUC-SP na década de 1990, o projeto 75 apresentado ao Consun em 2006 e um Grupo de Trabalho constituído em 2010, que não chegou a apresentar uma proposta concreta. Cabe lembrar que, a partir de 2004, a instituição oferece uma opção de plano de previdência privada com o Bradesco.

A próxima e última reunião do GT está prevista para 13/10/14, quando se dará continuidade à discussão da carreira docente. Novamente Pe. Rodolpho afirmou que a instância de decisão dos temas tratados pelo GT será a Fundação São Paulo, não cabendo responsabilidade a qualquer dos participantes deste grupo.



FOTOS MARCELA REIS

Debate discute participação da esquerda no processo eleitoral

Um concorrido debate, que lotou a sala 239 na terça-feira, 30/9, reuniu partidos da esquerda brasileira para analisar as formas de envolvimento dessas agremiações no processo eleitoral.

No evento, organizado pela APROPUC e coordenado pela diretora da entidade Bia Abramides, estiveram presentes os candidatos a presidente da República Rui Pimenta (Partido da Causa Operária - PCO), Mauro Iasi (Partido Comunista Brasileiro - PCB), Zé Maria (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU), a candidata à deputada estadual Isa Penna (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL) e Waldir Jr. (Partido Operário Revolucionário - POR).



PSOL

A candidata Isa Penna iniciou sua fala enfatizando que as lutas do PSOL vão para além do período eleitoral. O PSOL entende que o projeto do Partido dos Trabalhadores (PT) fracassou com os governos Lula e Dilma, rendendo-se ao

agronegócio. Nesse sentido PSOL nasceu do desafio de responder as demandas da classe trabalhadora e da juventude, hoje cansado da política institucional.

Esta eleição é a primeira depois de 2013, ano marcado pelas manifestações de protesto em todo o Brasil e que o PSOL entende não haver regredido, mas desembocado em um processo de reorganização. Nesse sentido o papel dos partidos de esquerda, para Isa, seria levar à sociedade o debate sobre questões fundamentais como a questão da moradia, legalização do aborto, transporte e segurança. Para isso seria fundamental a união das forças de esquerda contra os setores conservadores da sociedade.



PCO

O candidato Rui Pimenta, do Partido da Causa Operária (PCO) apresentou um quadro no qual as esquerdas, hoje, encontram-se excluídas do sistema eleitoral, antidemocrático por natureza. Os candidatos dos partidos burgueses recebem milhões de reais para financiamento de campanhas, dinheiro este proveniente dos cofres públicos. Para Rui este monopólio jurídico faz com que o Estado garanta privilégios a grupos e pessoas com ele comprometidas, impedindo, de outro lado, que a grande maioria da população participe do debate.

Para o PCO o debate levantado pela esquerda deve se centrar na crise do capitalismo que se aprofundará nos próximos anos. Nesse sentido o candidato aponta como metas fundamen-

tais, a necessidade de estatização do sistema financeiro, a destinação de 40% da poupança estatal para planos sociais, aplicação no próprio país dos dividendos com o petróleo que hoje são carreados em sua maioria para grandes investidores estrangeiros. Rui enfatizou a luta pelas liberdades democráticas, principalmente depois das manifestações de 2013. Essas lutas levantam a necessidade de um chamamento a uma nova Constituinte. Por outro lado o fracasso do PT, leva aos partidos de esquerda a necessidade da criação de um verdadeiro partido de esquerda, sob a bandeira do socialismo.



PCB

Para Mauro Iasi, do PCB, torna-se urgente hoje romper o boicote dos meios de comunicação

às candidaturas de esquerda, que hoje trazem uma nova leitura para os problemas brasileiros. Respeitando aqueles que levantam a bandeira do voto nulo, o PCB entende que a esquerda deve participar do debate, recusando as pautas impostas pela burguesia. "Só tem sentido entrarmos no debate eleitoral se quebrarmos dogmas e reforçarmos a propaganda do socialismo", disse Mauro.

Para o PCB, o resultado de 12 anos de governo do PT foi um país completamente entregue à burguesia. Os pactos sociais impostos pelo partido dos Trabalhadores silenciaram parte da classe trabalhadora e por isso o PCB levanta algumas bandeiras que devem nortear o seu programa. Entre esses eixos está o que o candidato chama de "desmercantilização da vida", onde caberiam uma reversão das privatizações, uma reforma agrária profunda e uma reforma tributária efetiva; criação de um poder popular efetivo; garantir a ampliação dos direitos fundamentais da população e uma atenção especial à dimensão internacional, pois o país não está desvinculado da ordem mundial.



PSTU

O candidato Zé Maria do PSTU reforçou as considerações dos outros participantes sobre o caráter manipulado do processo eleitoral onde um tempo exiguo destinado aos partidos que realmente querem a transformação social do país faz com que a imensa maioria da população brasileira permaneça desinformada.

Na avaliação do PSTU o Brasil tem condições, hoje, de prover tudo aquilo que sua população precisa, mas para que isso aconteça é necessário que a classe trabalhadora vá além do capitalismo. Nesse sentido é fundamental a luta contra a propriedade privada dos meios de produção.

Sobre a participação no processo eleitoral o candidato enfatizou que é preciso levar à população uma alternativa operária, que deve nortear a propaganda nos meios de comunicação.

Porém, não é somente através do voto que mudaremos a atual situação. As transformações que o país necessita só poderão ser feitas pela classe trabalhadora e, por isso, é fundamental colocá-la em movimento.



POR

Finalizando o debate o militante do POR, Waldir Jr., compareceu não na condição de candidato, mas na defesa do voto nulo. Waldir colocou-se ao lado de uma ampla frente de esquerda, mas que não tenha como finalidade exclu-

siva o processo eleitoral. Para o POR, pelo contrário, a defesa do voto nulo significa, realmente, a defesa da unidade das esquerdas.

Para ele, o atual sistema eleitoral impede que uma candidatura verdadeiramente revolucionária possa se inscrever. Nesse sentido o POR defende o voto nulo pela construção de um partido operário.

Hoje as eleições são usadas pela burguesia para exercer sua ditadura de classe. Para se defender as reivindicações que as massas colocam hoje será necessária a via direta. Um partido revolucionário de fato tem que defender a luta do proletariado e a revolução proletária, pois, qualquer que seja o governo capitalista eleito, vai intensificar o ataque às massas.

DEBATE

Após as falas de candidato foram abertas inscrições para o debate com a plateia. As principais polêmicas levantadas giraram em torno da possibilidade de uma frente das esquerdas,

da posição dos partidos quanto a questões como a homofobia e o racismo, democratização dos meios de comunicação e o posicionamento de cada agremiação num possível segundo

turno das eleições presidenciais.

Informamos aos participantes do evento que os certificados estão disponíveis para retirada na APROPUC - Rua Bartira, 407, das 9h às 21h.

Funcionários debatem negociação de processo de ex-diretor

Cerca de 45 funcionários se reuniram na quinta-feira, 2/10, para debater o andamento do processo da AFAPUC contra o ex-funcionário da universidade e ex-diretor da AFAPUC, Anselmo Antonio da Silva. O ex-diretor da Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP (AFA-PUC) responde a um processo por gastos não comprovados durante sua gestão, requerido pelos funcionários durante assembleia. Com o final do processo se aproximando, a atual diretoria convocou os funcionários para Assembleia para debater as possíveis propostas de

negociação apresentadas para AFAPUC, pelo ex-diretor e seus advogados. O valor da dívida do processo que hoje chega aproximadamente a R\$51 mil, a AFAPUC entende que pode ser dado um desconto 50% chegando aos valores de R\$25 mil, sem que adentre no patrimônio da associação. O ex-funcionário já declarou não poder arcar com as despesas restantes e, por isso, foi formada uma comissão composta por 4 funcionários, para debater a negociação de forma que nem o ex-funcionário e nem a AFA-PUC saiam prejudicados, evitando assim que quem decida o final da história

seja o juiz - caso a negociação não avance nos próximos meses, o processo deverá continuar tramitando.

CORREÇÃO

Ao contrário do que informamos em nossa edição 923 a AFAPUC e o SAAESP não irão parcelar os valores referentes aos honorários advocatícios do processo sobre os quinquênios, pois estes valores já foram absorvidos pelo SAAESP.

O que está em estudos é o parcelamento em folha para os associados da AFAPUC dos valores referentes aos custos de peritagem.

Tribunal de Justiça confirma ilegítima nomeação de Anna Cintra

Em sessão ordinária realizada no Fórum Joo Mendes, na quarta-feira, 1/10, os desembargadores confirmaram, de maneira unânime, a nomeação da professora Anna Maria Marques Cintra, como reitora da PUC-SP, feita pelo grão-chanceler, Dom Odilo Scherer. Primeiramente a Fundasp questionou a legitimidade do CA 22 de Agosto para figurar como parte do processo, e o Tribunal reconheceu o Centro Acadêmico como uma instância legítima dentro da universidade.

Entretanto, sobre o mérito do recurso, a decisão do júri ba-

seou-se principalmente na observação dos estatutos e regulamentos da universidade que outorgam ao arcebispo o direito de nomear qualquer um dos componentes da lista tríplice.

O recurso, interposto pelo CA 22 de Agosto, ressaltava que o cardeal negou uma praxe democrática, instaurada pelo então grão-chanceler Dom Paulo Evaristo Arns, que acolhia a vontade da comunidade na escolha de seu mandatário. Mais do que isto, os estudantes lembravam que a professora usou de má-fé ao declarar a toda comunidade que não aceitaria a

nomeação caso não fosse a mais votada. Esta declaração comprometeu a lisura da escolha, uma vez que induziu a comunidade a acreditar em algo que não se cumpriria.

A justificativa de que a então candidata agiu de maneira irregular, ludibriando a comunidade, fez com que a Justiça desse ganho de causa aos estudantes em primeira instância em 2012. Porém, o entendimento dos desembargadores desta vez, em segunda instância, pautou-se fundamentalmente na observância de parte das normas dos estatutos da universi-

dade, esquecendo-se das atribuições morais, éticas e comunitárias que este mesmo estatuto e o regimento demandam de seus dirigentes. Mais uma vez, demonstrou-se a fragilidade de nosso Poder Judiciário que, frente a decisões que envolvem a vontade de amplas maiorias, prefere optar pela solução mais fácil, burocrática e formalista, que eventualmente vá de encontro aos interesses daqueles que detêm o poder na sociedade. Os estudantes entregaram em plenário uma comunicação sobre o processo que reproduzimos abaixo.

Manifesto do movimento estudantil acerca do processo judicial

Acreditamos que a universidade, como sugere o próprio conceito, deve ser construída e pensada pela comunidade acadêmica. Para além da eleição do(a) reitor(a), é preciso que se garanta a participação dos três setores nas discussões acerca do futuro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A democracia é parte fundante da nossa PUC-SP. A escolha direta da comunidade para o cargo máximo da instituição é um pouco daquilo que a transformou no que ela é hoje: uma universidade de excelência na tríade ensino-pesquisa-extensão.

Em 2012, Anna Cintra foi nomeada reitora pelo cardeal Dom Odilo Scherer. Por meio de sua gestão, a Fundação São Paulo ampliou a intervenção na PUC-SP e tem acelerado o processo de enxugamento da universidade. O fechamento de cursos e turmas e a consequente diminuição no número de estudantes matriculados

evidenciam a intenção de encerrar os cursos menos rentáveis e reduzir os corpos docente e discente. O projeto idealizado pelos "donos" da PUC-SP atenta contra a história da própria universidade. A instituição que possui alguns dos melhores cursos do país vê ameaçada não apenas sua autonomia, mas todas as ações acadêmicas e comunitárias que a tornam única.

Acreditamos no diálogo. Não fosse assim, não teríamos bradado, desde o início, a defesa incondicional de democracia na PUC-SP. O movimento - que não é pequeno e paralisou, a despeito da incredulidade de alguns, atividades em ao menos quatro dos cinco campi no auge do inconformismo - buscou, até hoje, resgatar de todas as maneiras o diálogo que deve existir dentro da instituição. Em troca, recebemos fechamento de turmas, ameaças de processos de sindicância, demissões de professores e funcionários. O que vemos hoje na prática é a deturpação da ideia de universidade. É o êxito da Fundasp.

Nós queremos uma universidade livre para a manifestação de diferentes opiniões, uma universidade que seja produto de uma comunidade participativa e engajada, que represente o que todos querem e buscam da PUC-SP. Buscamos a construção conjunta desta universidade, como toda a comunidade tem buscado ao longo da história da PUC-SP.

A Pontifícia Universidade Católica é única, e é por isso que a defenderemos - bem como à sua democracia - até o fim. A luta continua!

Movimento Estudantil da PUC-SP

Após o julgamento o movimento estudantil da PUC-SP divulgou a seguinte nota:

É com tristeza que o movimento estudantil da PUC-SP informa que a Fundação São Paulo ganhou em segunda instância o processo movido contra a interventora Anna Cintra.

Hoje só temos a lamentar. A democracia, a vontade da comunidade e toda a história da universidade foram feridas mais uma vez.

Contudo, mais do que nunca, é preciso lembrar que o Direito, enquanto instrumento que pode fortalecer as lutas, também é dotado de limitações que revelam seu caráter conservador. No seio de uma suposta neutralidade, se escondem forças políticas que não estão do lado dos movimentos que resistem. Diante disso, devemos permanecer em resistência.

Se o legalismo hoje superou a democracia, que façamos, mais do que nunca, esta viva dentro de nossa universidade. Entoando que a atual reitoria é golpista e lutando por uma universidade acessível, viva e verdadeiramente ocupada pelos estudantes.

Por mais difícil que seja, a luta continua. A PUC-SP foi, é e continuará sendo NOSSA!

Duas mulheres



Paola

Paola Patassini, (1957-2014) estava na PUC-SP desde 1977, participou de vários setores, passando pelo Jornal Porandubas, que durante as décadas de 70 e 80 marcou a vida da universidade, Centro de Educação, Assessoria de Comunicação Institucional e o Setor de ex-alunos. Amante inveterada de ópera, tinha em sua mãe, a cantora lírica Hercília Block, uma referência para sua vivência musical.

No início deste ano Paola fsaíu da PUC-SP em mais uma das perversas demissões pontuais com as quais são brindados quase todas as sextas-feiras nossos funcionários.

O professor Jorge Claudio Ribeiro, da Faculdade de Ciências Sociais, que com ela trabalhou alguns anos no Porandu-

bas, ressaltou algumas de suas qualidades: "Paola era uma pessoa doce. Sem maldade, ingênua mesmo, transparecia suas emoções que, na maioria, tendiam para a gentileza. Trabalhou comigo na equipe do Porandubas que liderei durante os dois mandatos da professora Nadir Kfourri e no primeiro ano do professor Wanderley. Sua disponibilidade, texto caprichado e ternura pelo humano engrandeciam nossa atividade.

Nossas vidas tomaram rumos diferentes dentro desta universidade. Sempre que nos encontrávamos no corredor do Prédio Velho, ela me encharcava de afeto que eu, tímido, acolhia e retribuía. Tua amizade, Paola, me abençoa, e você sabe disso. Te agradeço".

Gi

Gisele Alba Natali (1979-2014) trabalhava na PUC-SP desde 1997, iniciando no DSA, passando pela secretaria da Faculdade de Direito e depois no Laboratório de Informática.

Esbanjava alegria no trato com seus colegas. Era muito prazeroso chegar para mais um dia de aula e encontrá-la resolvendo os problemas do Laboratório de Informática.

Mas Gi, como todos a conheciam, também gostava muito de música e sempre que podia frequentava as rodas de música dos bares que circundavam a PUC-SP de alguns anos.

Como estudante, concluiu o curso de Pedagogia, onde revelou sua grande preocupação com os temas ligados à Educação. Saiu da PUC-SP para dedicar-se ao mestrado no programa de Educação, História, Política e Sociedade, partindo para descortinar outros horizontes fora de São Paulo. Maria Helena Gonçalves Soares Borges, funcionária da SAE, revela alguns momentos de sua convivência

com Gi: "Tive a oportunidade de conhecê-la melhor no Clube Caiubi de Compositores. Menina ainda, linda, doce, gentil, sorridente, carinhosa, companheira e com uma sensibilidade ímpar. O mundo perde uma grande educadora, pintora, poetisa, militante convicta que lutava por um mundo melhor. Via as belezas do mundo e das pessoas de uma forma muito generosa e lutava pelo que acreditava. Lutou bravamente contra uma doença ingrata. Lamento muito a sua precoce partida. Todos que a conheceram sentem uma Gratidão imensa por ter tido o prazer de sua convivência".

Na semana retrasada, estas duas batalhadoras, alegres, meigas, guerreiras, que vestiram durante vários anos a camisa da PUC-SP, em um tempo em que vestir esta camisa ainda constituía motivo de orgulho, deixaram-nos definitivamente, ficando uma saudade enorme naqueles que ainda lutam por ideais tão nobres como os destas duas mulheres.



GAUCHE NA VIDA

Eles venceram outra vez

Guilherme Boulos

Independente de quem sair vencedor das urnas no domingo - ou num segundo turno em 26 de outubro a vitória já tem dono. Ou melhor, donos. Os mesmos de sempre.

JBS Friboi, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Bradesco, Odebrecht, OAS, Itaú, Camargo Correa e afins.

Levantamento da revista "Congresso em Foco" a partir de dados do TSE mostrou que a eleição deste ano é a mais cara da história do país. A estimativa de gastos das candidaturas em todos os níveis supera R\$71 bilhões.

São tantos zeros que pode até confundir. O valor corresponde a mais de duas vezes o que foi gasto na Copa do Mundo. Ou a seis anos de pagamento do Bolsa Família. Ou ainda a mais de 1 milhão de moradias pelo programa Minha Casa Minha Vida.

E estamos falando apenas da previsão de gastos oficiais e contabilizados. Não inclui o bom e velho caixa dois, cujo papel nas campanhas eleitorais brasileiras é de conhecimento até mesmo da velhinha de Taubaté.

Em nosso sistema político, que consagra o financiamento privado de campanha, quem financia estes valores bilionários são as grandes empresas. O destaque cabe sempre às empreiteiras, construtoras e incorporadoras. O setor da construção sempre foi muito generoso com os partidos e candidatos.

Na parcial do primeiro mês de campanha neste ano,

dos dez maiores financiadores, cinco são empreiteiras. São também as maiores financiadoras dos partidos, mesmo fora dos anos eleitorais. De 2010 a 2013 foram transferidos R\$374 milhões das empreiteiras ao caixa dos partidos políticos.

É um investimento com retorno seguro. Tanto do ponto de vista econômico quanto político. Se o fiel doador, com seu dízimo, garante o paraíso no céu, o doador de campanhas eleitorais garante o paraíso na

também estrondoso. Neste caso, ainda que no âmbito municipal de São Paulo, vale a pena consultar o estudo disponível na página www.reporterbrasil.org.br/gentrificacao/a-bancada-empreiteira, que relaciona o financiamento de campanha das empreiteiras com a execução de obras públicas.

O ganho político das empresas financiadoras também não fica atrás e perpetua a captura do Estado brasileiro pelos interesses privados. Financiar candida-



Em nosso sistema político, que consagra o financiamento privado de campanha, quem financia estes valores bilionários são as grandes empresas. O destaque cabe sempre às empreiteiras, construtoras e incorporadoras.



Terra, aqui e agora.

Para medir a rentabilidade do investimento, o exemplo da JBS Friboi é emblemático. Atualmente é a líder da lista de doadores, com R\$52 milhões investidos só no primeiro mês da campanha. R\$52 milhões parece muito dinheiro. Mas não é nada perto dos R\$2,1 bilhões que a Friboi recebeu de empréstimos do BNDES até 2013, menos ainda perto dos R\$8,5 bilhões injetados em papéis da empresa por esse mesmo banco público.

O retorno das grandes empreiteiras através de contratos com o poder público ou com empresas estatais é

tos ao Executivo significa acesso e influência nas decisões de governo. Financiar candidatos ao Legislativo significa formar bancadas de interesse que facilitarão a aprovação de leis que estimulem seus negócios e inviabilizarão outras que os atrapalhem.

O tão falado conservadorismo do Congresso não é tanto de ordem ideológica. Aliás, ideologia ou projeto político é algo que passa longe da maioria dos parlamentares brasileiros. O conservadorismo expressa mais que tudo a defesa dos interesses de quem sempre comandou o país e paga as campanhas.

As reformas populares não estão bloqueadas há décadas na sociedade brasileira por acaso. Alguém acha que a bancada ruralista permitirá uma reforma agrária? Ou que o lobby dos bancos no Congresso e nos governos dará sinal verde para a reforma do sistema financeiro? Ou ainda que o setor imobiliário e as empreiteiras permitirão que os governos que eles financiaram faça reforma urbana?

O financiamento de campanha eleitoral é um poderoso instrumento de poder. Quem paga a banda escolhe a música, diz o velho dito. E assim é. Para não acharem que é papo de comunista, cito o juiz eleitoral Marlon Reis: "Chegamos ao grau da insustentabilidade. As eleições são um jogo comprado no Brasil".

Teremos neste ano as eleições mais caras da história, com investimentos milionários de grupos de interesse de vários setores da economia. Neste cenário, esperar que o próximo governo, seja Dilma, Marina ou Aécio, tenha independência para fazer as mudanças em favor da maioria do povo é de uma ingênua ilusão.

Ilusão produzida sob medida pelo marketing eleitoral, que por sua vez, é pago com o dinheiro daqueles que continuarão dando o tom na política brasileira.

Guilherme Boulos, 32, é formado em Filosofia pela USP, professor de Psicanálise e membro da coordenação nacional do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). Também atua na Frente de Resistência Urbana e é autor do livro "Por que Ocupamos: uma Introdução à Luta dos Sem-Teto".

MOVIMENTOS SOCIAIS

Bancários em luta por melhores salários

Os bancários estão em greve nacional desde terça-feira, 30/9, e permanecerão até que os bancos apresentem uma proposta com aumento real maior para os salários, piso, vales e auxílios. As duas partes realizaram oito rodadas de negociação, porém, mudança alguma foi firmada.

No terceiro dia de paralisação, 517 agências e cinco

centros administrativos permaneciam fechados. No sábado, 27/9, a Federação dos Bancos (Fenaban) apresentou ao Comando de greve dos bancários o índice de reajuste de 7,35% (0,94% de aumento real nos salários) e 8% para o piso (1,55% de aumento real).

De acordo com a secretária-geral do Sindicato dos bancários, Ivone Maria da

Silva, "tanto os funcionários das unidades quanto das concentrações cobram o fim das metas abusivas, querem melhores condições de trabalho e exigem ser valorizados. Também querem mais segurança nas agências. Ou seja, há vários fatores além das reivindicações econômicas e que precisam ser revolidos pelos bancos".

MTST protesta contra reintegração de posse

No fim da tarde de terça-feira (30/10) um grupo de sem-teto realizou um ato na zona oeste da cidade de São Paulo, contra a reintegração de posse do terreno onde a ocupação Chico Mendes se estabeleceu. Os dois sentidos da avenida Francisco Morato foram interditados por cerca de 800 manifestantes.

A ordem de reintegração de posse foi recebida na segunda-feira, 29/09, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que procurou a Secretaria Municipal de Habitação e o Tribunal de Justiça, que alegaram não terem informação alguma sobre o mandato de reintegração.

A ocupação Chico Mendes se estabeleceu no terreno, que é público, no começo do mês de setembro. De acordo com os moradores da ocupação, a área de 30 mil m² estava abandonada e é considerada uma Zona Especial de Interesse Social (Zeis) desde agosto, quando o Plano Diretor foi aprovado. A decisão da justiça só comprova mais uma vez a manutenção da especulação imobiliária em detrimento do povo.

Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, Natália Szymeta, coordenadora do MTST, afirmou que "a nossa manifestação de hoje é para dar um recado ao Haddad. Para ver se ele vai ter a coragem de, às vésperas das eleições, despejar essas famílias sem dar uma solução para o problema de moradia delas".

22 anos do massacre do Carandiru

Na quinta-feira, 2/10, um ato em memória do massacre foi organizado por diversos coletivos, movimentos, institutos e comitês. A concentração foi marcada para às 17h, na Praça da Luz, em frente à Pinacoteca. Durante o trajeto, os manifestantes passariam pela sede da Rota, a tropa de elite da Polícia Militar (PM), responsável pelas chacinhas que acontecem diariamente nas periferias.

Em 2 de outubro de 1992, 111 homens foram exterminados na Casa de Detenção do Carandiru, após uma discórdia entre presidiários do pavilhão 9. O que começou como uma desavença terminou como uma rebelião: cerca de 300 policiais militares invadiram o local e renderam os presos. Parte dos agentes oficiais envolvidos foram condenados, mas alguns ainda estão soltos.

O antigo Carandiru foi

implodido e o Parque da Juventude foi levantado ali, porém, o sistema prisional brasileiro permanece nos mesmos moldes. O ato também teve o objetivo de denunciar o aprisionamento em massa dos jovens negros e periféricos, a militarização da PM e os extermínios diários nas favelas. As lutas contra o sistema penal e contra o militarismo foram bandeiras levantadas durante o protesto.

MST reivindica reforma agrária em latifúndio de senadora do RS

No Distrito Federal, na quarta-feira (1/10), uma comissão de dirigentes do Movimento dos Sem Terra (MST), a presidente substituta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Érica Galvani Borges, e o chefe de gabinete do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) se reuniram para discutir a situação da fazenda de Ana Amélia

Lemos, senadora e candidata ao governo do Rio Grande do Sul pelo Partido Progressista.

O MST exige a desapropriação das terras da senadora, visto que o latifúndio de 1909 hectares, localizado em Formosa (GO), é improdutivo e, portanto, não cumpre sua função social. A fazenda apresenta apenas 600 cabeças de gado, número extremamente baixo em re-

lação ao seu tamanho total.

Na região da fazenda da senadora, inúmeros processos de expropriação de terras dos camponeses durante a ditadura civil-militar brasileira foram realizados; além de ter sido um espaço de treinamento do exército, lembrou o MST durante a reunião. O Incra e o MDA farão vistoria técnica na área, a fim de destinar as terras para a reforma agrária.

ROLA NA RAMPA

Instituições de ensino devem pagar PLR até 15/10

O site do Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP) está orientando os professores sobre o recebimento da chamada Participação nos Lucros e Resultados. Até o próximo dia 15/10 as instituições de ensino deverão pagar a seus docentes e funcionários administrativos 24% a título de participação nos lucros e resultados da empresa. As instituições que se sentirem impedidas de distribuir resultados a seus empregados poderão pagar o benefício como abono especial. Esse abono deverá ser de valor igual a 24% do salário bruto do trabalhador, sem descontos de INSS ou IR. Quem tiver direito a um valor

superior a R\$ 6.270 deverá ter desconto de Imposto de Renda. Embora a PLR já venha sendo paga a diversas categorias profissionais esta é a primeira vez que os trabalhadores do ensino superior têm direito ao benefício. Segundo a matéria publicada no site do Sinpro-SP, Instituições de ensino religiosas, filantrópicas ou sem fins lucrativos também são obrigadas a pagar a PLR, e caso a instituição se sinta impedida de pagar a PLR deverá arcar com o abono de 24% sobre o salário bruto do trabalhador. Mais informações poderão ser obtidas no endereço eletrônico http://www.sinprosp.org.br/noticias.asp?id_noticia=1962.

Inscrições para mestrado e doutorado estão abertas

Até o dia 24/10 estão abertas as inscrições para o processo seletivo dos cursos de pós-graduação stricto sensu da PUC-SP, com início no primeiro semestre de 2015. Há vagas abertas em 23 cursos de mestrado acadêmico, 02 cursos de mestrado profissional e 20 cursos de doutorado. Ex-alunos que con-

cluíram a graduação, especialização ou mestrado na PUC-SP têm isenção da taxa de inscrição, assim como também os alunos que concluirão seu curso no 2º semestre de 2014. Para mais informações, entre em contato pelo email alunospos@pucsp.br ou pelo número 3670-8526.

Homenagem à professora Fúlvia Rosemberg

A Fundação Carlos Chagas e professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP organizam no dia 6/10 uma homenagem à professora Fúlvia Rosemberg, do departamento de Psicologia da PUC-SP. A professora coordenava o Negri, Núcleo de Estudos de gênero, raça e idade da PUC-SP, era forma-

da em Psicologia pela universidade e doutora pela cole Pratique des Hautes Etudes da Université de Paris, se especializando em relações raciais, relações de gênero, relações de idade, ação afirmativa, educação e educação infantil. A homenagem acontece entre 18h e 20h na sala 119A do Prédio Novo (Rua Monte Alegre, 984).

Aluna da PUC concorre a Prêmio Santander Empreendedor

A estudante do curso de administração da PUC-SP Augusta Estrada Pacheco representará a PUC-SP no Prêmio Santander Empreendedor 2014.

O projeto da universidade está entre as 150 iniciativas selecionadas pela organização, e a primeira fase é decidida por júri popular. Até as 18h do dia 16/10, qualquer pessoa

poderá votar no projeto pelo site www.santander.com.br/universidades (na aba Prêmios). Os três resumos mais votados serão finalistas do Júri Popular e após a produção de vídeos com cada um dos finalistas, a 2ª fase será aberta em 27/10 e ficará até o dia 3/11, 18h, para a escolha do vencedor da 10ª edição do evento.

Seminário sobre os 50 anos do Golpe Militar

O Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo realizará o seminário "Educação e regimes ditatoriais - 50 anos do Golpe Militar no Brasil". O objetivo é registrar os 50 anos do Golpe Militar, operado no Brasil entre 1964 e 1985, e em diversos países latino-americanos em períodos próximos ou concomi-

tantes. O seminário será realizado de 6 a 9/10, das 9h às 17h, por meio de conferências, debates e mesas-redondas, reunindo pesquisadores nacionais e estrangeiros das áreas das Ciências Sociais e da História e, também, artistas e intelectuais. Nos dias 6, 7 e 8, as palestras ocorrerão no TUCA, e no dia 9 no auditório 239. Confira alguns destaques da programação:

06/10 - 10h

Conferência de Abertura (Videoconferência)
Noam Chomsky (EUA)

07/10 - 14h

Debate: O uso da cultura pelas ditaduras e a resistência: o futebol
Lúcio de Castro (Bra)
Juca Kfourri (Bra)

08/10 - 10h

Mesa-redonda Movimentos sociais e as lutas pela educação
Esteban Alejandro Juárez (Arg.)
Vanilda Paiva (Bra)-

08/10 - 14h

Debate: O uso da cultura pelas ditaduras e a resistência: teatro e cinema
Fernando Martín Peña (Arg.)
Idibal Pivetta (Bra)

09/10 - 9h

Mesa-redonda Memória, autoritarismo e justiça
Vicenzo Ruggiero (Ing.)
Dalmo Dallari (Bra)